

CF
A

SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE ABRIL DE 2019

ACTA N.º 3/2019

(CONTÉM 36 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de nove de abril de 2019, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Miniauditório, pelas 09h30m, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação da ata da sessão realizada a 17 de janeiro e a 22 de fevereiro de 2019;
4. Projeto de regulamento de atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior, do Município de Miranda do Douro;
5. Relatório de inventariação de redes de águas e de saneamentos;
6. Documentos de prestação de contas relativos ao ano financeiro de 2018;
7. 9.ª Modificação ao orçamento de 2019, que incorpora a 1.ª revisão ao orçamento da receita, a 1.ª revisão ao orçamento da despesa, a 1.ª revisão ao plano plurianual de investimento e a 1.ª revisão ao plano de atividades municipais;
8. Proposta de abertura de procedimento de recrutamento de cargos de direção intermédia de 3.º grau - Designação dos júris de recrutamento;
9. Declaração de interesse municipal no empreendimento - Construção de um edifício para instalações sanitárias públicas junto ao Santuário de Santo Amaro em Cicouro;
10. Descentralização - decreto-lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro - Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação;

Sessão de 18 de abril de 2019

11. Descentralização - decreto-lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro - concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde;

12. Apreciação da informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros: Luz de Jesus Guerra João, e Jorge Jacoto Lourenço. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: Carlos do Nascimento Ferreira, Antero Correia Besteiro, Maria Virgínia Lopes Preto, Mário da Conceição Bartolomeu Torrão, Alberto José Raposo, Marisa Pardal Lavrador, Urbino dos Anjos Correia, Bruno Filipe Lourenço Torrado, Eduardo L. T. B. Sanches da Gama, Zulmira do Nascimento M. C. Firmino, Priscila Salomé R. Oliveira, Mário João Ferreira Vaz, Aida Sofia Ribeiro da Silva, Carlos E. Córdova Pêra, António José Fernandes Ribeiro, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, Abílio Domingues Pires Barril, Manuel Guerra Gonçalves, Jorge Jacoto Lourenço, José Francisco Gonçalves Ribeiro, Luís Augusto Lucas, Aquilino José Morete Ginjo, Orlando Seixas Vaqueiro, Silvino F. Preto da Silva, e Adérito dos Santos Martins. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes na sessão dando prossecução aos trabalhos. -----

1. Informações. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se algum dos membros presentes nesta sessão pretendia prestar alguma informação, não se manifestando ninguém, prosseguiu. -----

2. Período antes da ordem do dia. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** felicitou todos os que estiveram presentes no evento da "Exaltação da Capa de Honras", dizendo que, foi uma cerimónia muito bonita, deu os parabéns ao Presidente da Câmara Municipal, bem como, a todas as pessoas que estiveram de alguma forma ligadas na organização do evento. -----

GA

Sessão de 18 de abril de 2019

Referiu que pela primeira vez foi transmitida a missa dominical a partir de Miranda do Douro, pela RTP 1. -----

É de opinião que, se está no caminho certo no que toca à divulgação das nossas coisas, as que mais nos diferenciam, e que mais nos identificam, e que é de extrema importância continuar neste caminho. -----

Em seguida, procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: Mário da Conceição B. Torrão; Alberto José Raposo; Domingos Abílio Barril, Antero Correia Besteiro, e António de Castro Carção, António José Ribeiro, Silvino Preto da Silva, Camilo Raposo, Aquilino Ginjo. -----

O **Deputado Mário da Conceição B. Torrão** cumprimentou todos os que se encontravam presentes e em seguida referiu que, se sente indignado e apresentou uma intervenção escrita que passa a ser transcrita para a presente ata. -----

“Sinto-me indignado, pela forma como sucessivos governos da República vem tratando o interior do país e as suas gentes! -----

Desde os tempos mais remotos da nacionalidade, os habitantes do interior foram discriminados negativamente pelos seus compatriotas residentes nas grandes cidades, como Lisboa e Porto. Histórias, anedotas, livros e até o cinema, ilustram bem essa realidade, sendo disso exemplo as figuras do provinciano, do saloio ou do pacóvio, de entre outras. Vem agora, este governo e a maioria que o apoia na assembleia da república, mais uma vez acentuar as assimetrias já longínquas entre o interior e o litoral, nomeadamente em relação às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e às grandes comunidades intermunicipais. -----

Bem gostava de poder gritar esta revolta no interior do hemiciclo da assembleia da república. Mas, dada a impossibilidade de o fazer, limitar-me-ei a criticar os procedimentos que o atual governo da república, apoiado pela maioria, habitualmente conhecida como “geringonça” vem praticando, em claro desfavorecimento do interior. -----

Muito se falou nos últimos tempos dos problemas do interior, nomeadamente da sua crescente desertificação, havendo mesmo algumas

CA

Sessão de 18 de abril de 2019

individualidades da alta esfera política que afirmaram ser este um dos maiores problemas do país. -----

Também nesta assembleia já ouvi referências a este problema no concelho. -----

Recordo mesmo a afirmação feita pelo Ex.mo Presidente da Câmara Aquando da sua tomada de posse para o atual mandato, durante a qual, a dado momento referiu mais ou menos que: a desertificação é o maior problema do concelho, mas sobre isto nada podemos fazer. -----

Genericamente concordo consigo Sr. Presidente!!! -----

Ouvi ainda dirigentes de partidos políticos com representação parlamentar dizer que para além de outras formas, as mais acertadas e exequíveis no curto prazo, seriam nomeadamente de entre outras, as seguintes: acentuada redução da carga fiscal para as famílias e as empresas; apoiar, e incentivar o aumento da natalidade; aumentar a oferta nas áreas da saúde, educação, etc. -----

Nada disto se concretizou. -----

Limitando-se apenas o governo da república a desviar as atenções, incrementando uma apressada e despropositada descentralização de competências para os municípios em diversos domínios. -----

Descentralização que, não obstante estar ainda inacabada, já se revelou como de impossível aceitação a curto prazo, por parte de inúmeros municípios nomeadamente dos mais pequenos, onde as assimetrias mais e fazem sentir. ---

Como se o referido não bastasse, mais recentemente, foi aprovada pela mesma maioria parlamentar na AR e pelo governo, uma nova medida que, mais uma vez insulta os portugueses residentes no interior, quer pela sua abrangência territorial, quer pela sua impossibilidade de aplicação equitativa. ---

Refiro-me concretamente ao aumento descomunal da comparticipação do estado nos custos dos “passes Sociais”, através do orçamento de estado. -----

Tomei conhecimento pela comunicação social que a comunidade intermunicipal de Bragança, no mês de março passado se pronunciou desfavoravelmente sobre esta medida, mas não conheço exatamente o conteúdo dessa dicção. -----

Sessão de 18 de abril de 2019

CF
A

També soube pela comunicação social, durante uma declaração do Sr. Primeiro Ministro que, já todas as Comunidades Intermunicipais do continente tinham apresentado os seus "Projetos" no sentido da aplicação da medida nas suas respetivas áreas, por isso, embora sendo assunto não diretamente atribuído a esta assembleia, queria questionar o Sr. Presidente da Câmara se a podia esclarecer, tanto sobre o conteúdo da pronuncia atras referida, como sobre os pontos principais do projeto apresentado no sentido do máximo equilíbrio entre litoral e interior, nesta matéria, como certamente todos desejamos. -----

Ouvi sistematicamente vários políticos do governo e da área de apoio parlamentar ao governo reclamando a maternidade/paternidade da medida. -----

Ouvi o Sr. Primeiro Ministro afirmar na comunicação social, que era a mais revolucionária medida tomada nos últimos 50 anos para os transportes públicos em Portugal. -----

Ouvi também o Sr. Primeiro Ministro dizer que esta medida é extensiva a todo o país, bem como, que (em clara propaganda), permite aos cidadãos da área metropolitana de Lisboa, por exemplo: ir comer chocos a Setúbal; comer enguias a Vila Franca, comer não sei quê a Oeiras, etc...etc... -----

Pergunto, simples arrogância ... ou verdadeira hipocrisia? -----

E os outros portugueses? Onde vão? -----

E os mirandeses onde vão? -----

Vão de táxi, porque os transportes públicos são escassos, às finanças pagar os impostos para o Governo poder suportar a medida! -----

Também vi nalgumas estações televisivas uma propaganda aberrante e agressiva a que era chamada "Contas - Poupança", onde eram sobranceiramente expostas as poupanças pessoais e familiares resultantes da medida, na área metropolitana de Lisboa. -----

Que me perdoem. -----

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, -----

Senti que no país havia mais do que um país. -----

Que havia um Portugal que por acaso rima com litoral! -----

E que havia um interior que por acaso rima com horror! -----

Sessão de 18 de abril de 2019

Sendi revolta. -----

Como diz o nosso povo: até se me roíam os fígados. -----

Todos sabemos os porquês de tudo isto, mas ... -----

Nunca, por si só, os fins justificam os meios! -----

Nem na política!" -----

O **Deputado Alberto Raposo** cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e em seguida disse que, tinha duas questões a colocar ao Executivo Municipal na pessoa do Presidente da Câmara Municipal.

Em primeiro referiu-se relativamente ao abastecimento de água à zona norte deste Concelho, expondo que, depois de ser informado telefonicamente pelo Sr. Vereador Ilídio Rodrigues, assim como, pela Vereadora Anabela Torrão, tendo-lhes então perguntado como seria feito o abastecimento de água à zona mais alta da localidade da Especiosa, e ao Santuário de Nossa Senhora do Naso, dizendo que gostaria que o Sr. Presidente da Câmara se pronunciasse a respeito do referido assunto. -----

Na continuação deste ponto, disse que, depois de ter abordado o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, a respeito de, se tinha acompanhado as obras da conduta do Estradão ao cerro do Naso, a São Martinho, que era o seu dever como Presidente da Junta de Freguesia, ser informado e esclarecido, por parte do responsável pelo projeto, por forma a delinear qual seria o melhor trajeto, para facilitar alguns acessos, visto tratar-se de terrenos, ou caminho da Junta de Freguesia. -----

Referiu que o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho lhe respondera negativamente, dizendo que, só tinha visto a conduta quando chegou a Penha Lastra - Estrada Municipal, Naso-São Martinho. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal expôs que, na ligação onde faz a derivação para São Martinho, local do cerro do Naso, a conduta deveria partir do caminho vicinal Póvoa, São Martinho, e esta partiu cem metros atrás cortando um terreno particular, numa extensão de cerca de cem metro pelo terreno particular. -----

E perguntou: Quem falou com os proprietários do terreno para passar por lá a conduta? Quem foi da família dos proprietários que assinou a respetiva

CF
A

CF
A**Sessão de 18 de abril de 2019**

autorização? Porque Motivos a conduta passou por terrenos particulares, tendo acesso a terrenos públicos cem metro à frente? -----

Dirigindo-se novamente ao Presidente da Câmara Municipal referiu que, não é sua pretensão fazer qualquer censura à deliberação onde refere que através de um protocolo será transferido o valor de quarenta e cinco mil euros, divididos em três tranches, para a União de Freguesias de Ifanes/Paradela, na carta de compromissos de adesão à iniciativa HFA - "Há Festa na Aldeia". -----

Mencionou que, pretende ser informado na continuação da informação do Sr. Presidente da Câmara, a esta Assembleia, em 2018. -----

Acrescentou que, este projeto ou esta iniciativa se trata de uma candidatura financiada com fundos comunitários de diversos programas. -----

Solicitou, ao Executivo Municipal, informação a respeito da dita candidatura, perguntando quem é responsável pela mesma, se é a Câmara Municipal, ou a União de Juntas de Freguesia de Ifanes e Paradela, assim como, de qual é o valor da candidatura. -----

Acrescentou que, constatando que a Câmara Municipal suporta financeiramente o evento com o valor de quarenta e cinco mil euros, não lhe parece que a despesa seja muito superior a esse valor tendo em conta o evento que é. -----

Interpelando o Presidente da Câmara Municipal declarou que, o município já abriu muitos precedentes, e que lhe referiria alguns, nomeadamente, os protocolos feitos com as Zonas de Caça Associativa, para organizar as montarias de 2019, sem que fossem ouvidas outras Zonas de Caça Associativas. -----

Referiu que, sempre houve encontros venatórios em todo o concelho e que continuará a haver, e nunca tido sido necessário assinar protocolos financeiros para realizar esses encontros. Mas, em consequência de ter aberto este precedente, dificilmente haverá no futuro mais encontros venatórios sem haver contrapartidas financeiras. -----

Comentou que, à semelhança das Associativas das zonas de caça de Constantim e de Vila Chã da Braciosa, outras zonas de caça associativa deveriam de ter sido ouvidas, porque com certeza estariam interessadas em

CF
A**Sessão de 18 de abril de 2019**

receber a iniciativa pelo valor de cinco mil e novecentos euros, conforme determinados nos ditos protocolos. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, Abílio Barril**, cumprimentou todos os que se encontravam presentes e em seguida expôs alguns assuntos. -----

Referiu que, junto ao edifício da antiga alfândega na Estrada Nacional 218, quem se dirige para Espanha, junto ao edifício da antiga alfândega, a berma da estrada não tem proteção junto à rabina, e embora se congratule imenso pelas obras executadas naquele espaço e pela limpeza, sugeriu que, as Infraestruturas de Portugal providenciem no sentido de colocar proteção naquele espaço, de modo a evitar eventuais problemas. -----

Propôs que, deviam ser reparados os buracos no pavimento das ruas da cidade que se encontram em mau estado de conservação, e no capeamento dos muros na avenida Aranda del Duero. -----

Sugeriu que, deveriam se executadas casas de banho públicas no Largo do Castelo, dizendo que é uma ideia que perdura à longa data a até hoje não foram executadas. -----

Expôs que, urge proceder à limpeza da zona envolvente do Rio Fresno, principalmente junto à ponte dos canos em Santa Luzia, a montante e a jusante daquela área, onde vai sendo depositado lixo, local frequentado por turistas que não gostam de ver o estado em que se encontra o local, assim como os residentes da cidade. Agravando-se a situação quando a ETAR tem alguma avaria vertendo águas conspurcadas que correm para o rio e deixando um cheiro nauseabundo, insuportável. Disse que um destes dias terá que alertar para o facto o Delegado de Saúde Pública, porque se trata de algo inadmissível.

Referiu que, antigamente estava instalado um tubo para escoamento dessas águas para uma zona mais remota e que o dito tubo foi quebrando e atualmente essas águas são desaguadas à entrada das hortas. -----

Disse que, sucedeu há relativamente pouco tempo um episódio em que, em sequência de um acidente ocorrido numa aldeia do concelho, foi chamado o helicóptero, e estando o estádio ocupado, porque era domingo e decorria um jogo de futebol a aterragem do helicóptero não pode ser no campo de futebol.

Sessão de 18 de abril de 2019

Pelo que, tive que se inventar uma pista de aterragem de imediato junto à Urbanização Nossa Sr.^a dos Caminhos. E perguntou, para que é a pista junto ao Centro de Saúde. Referiu que há quem afirme que o posto de alta tensão dificulta a aterragem do helicóptero, mas em sua opinião, aquela pista é a ideal para aterrar o helicóptero devido à proximidade do Centro de Saúde, sem ter que andar com os pacientes de um lado para o outro.

Perguntou ao Vereador Ilídio Rodrigues se já há alguma disponibilidade da motoniveladora executar trabalhos nas juntas de freguesia. Transmitiu que, em breve será celebrada a festividade do S. João das Arribas e há necessidade de fazer alguns trabalhos com a motoniveladora no espaço envolvente ao santuário. -----

Perguntou, a respeito de uma questão colocada pelos antigos alunos do Colégio de São José a respeito do nome de uma rua, que vai do castelo ao antigo colégio de São José. Expôs que, no dia 16 de abril de 2018, a Junta de Freguesia de Miranda do Douro enviou um ofício a pedir um esclarecimento à Comissão de Toponímia, ao que, ainda não receberam resposta até à data. -----

Referiu que, sugeriu à Comissão de Antigos Alunos do Colégio de São José para enviarem uma carta à Comissão de Toponímia a fim de serem esclarecidos, em 4 de fevereiro de 2019, e também não obteve resposta. -----

Explicou que, a referida rua atualmente tem o nome de “Pedro Lourenço Távora”, e que a Comissão de Antigos Alunos do Colégio de São José gostaria que a rua tivesse o nome de “Padre Cesar Augusto Fernandes”. -----

Relembrou que, o projeto dos saneamentos de Vale de Águia foi elaborado conjuntamente com os das outras localidades anexas à freguesia de Miranda do Douro há cerca de trinta anos, pelo GAT de Bragança, e referiu que, atualmente o saneamento de Vale de Águia está quase terminado não contemplando todas as residências daquela localidade, o que lamenta. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que, ele é membro da Comissão de Toponímia e dirigindo-se à Vereadora Anabela Torão, na qualidade de Presidente da Comissão de Toponímia deste concelho, que não vê razão nenhuma para que não tenha sido dada resposta à questão colocada independentemente de que a Comissão de Toponímia tenha ou não reunido. ----

Sessão de 18 de abril de 2019

O **Deputado Antero Correia Besteiro** cumprimentou todos os que se encontravam presentes e em seguida referiu que, hoje será inaugurada a Feira da Bola Doce e fez votos para que mais uma vez seja mais um grande evento, aliciante e gratificante para os expositores. -----

Comungou das palavras proferidas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, no que se refere ao arranjo das ruas da cidade de Miranda do Douro, alertando para o facto de que já tinha chamado à atenção noutras sessões a respeito desta questão. -----

Felicitou o Executivo Municipal e os funcionários da Câmara Municipal por ter removido, à entrada do parque do rio Fresno, uma silveira enorme, assim como, a limpeza do olival que se encontra vindo de Espanha, bem como, a remoção das ervas junto da muralha indo para o bairro verde. -----

Referiu que, finalmente as bermas das estradas municipais foram limpas e estão muito bem limpas. Falou a respeito do trabalho que está a ser feita relativamente à remoção de galhos das árvores, e que, deve ser feita de outra forma, para não prejudicar as árvores. -----

Alertou para o facto de a luz pública estar a acender uma hora antes de anoitecer, pois implica despesa desnecessária para o Município. -----

O **Deputado António de Castro Carção** cumprimentou todos os que se encontravam presentes, e em seguida expôs que, estando a aproximar-se o 25 de abril que se apropria festejar esta data com a devida pompa e circunstância, porque o poder local existe devido à ocorrência da revolução do 25 de abril, por isso, devem ser organizadas atividades nessa data comemorativa para relembrar esse facto. -----

Expôs que, tem a impressão que não é ouvido nesta Assembleia, porque no mês de setembro do ano anterior trouxe um problema à Assembleia Municipal, pelo que foi muito criticado, e agora volta a referir-se ao mesmo assunto. Trata-se da sinalização das lombas colocadas à entrada das localidades para abrandamento da velocidade dos veículos em circulação. -----

Lembrou que, já passaram seis meses e as passadeiras continuam sem estar sinalizadas, apelando ao Executivo Municipal para que sejam colocados sinais luminosos nas passadeiras, antes que ocorram contratemplos. -----

Sessão de 18 de abril de 2019

CF
A

Referiu que, em Sendim apareceu uma matilha de cães vadios que estão a provocar danos em pequenos rebanhos, podendo vir a atacar as habitantes. ----

Apelou ao Executivo Municipal para que reúna forças no sentido de resolver esta problemática. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** corroborou relativamente à questão dos cães vadios, dizendo que é uma problemática que se tem verificado, através dos meios de comunicação social, em todo o distrito. -----

Expôs que, devido à evolução dos diplomas publicados no âmbito da defesa dos direitos dos animais, se tem vindo a agudizar esta problemática. ----

Talvez esta legislação seja mais direcionada para as zonas mais urbanas, e devido a esta questão está em causa a saúde pública nos meios rurais. -----

Comunicou que, se está a tentar desenvolver uma rede de percursos pedestres direcionada para os turistas. Querendo aprofundar e implementar esse tipo de atividades turísticas no nosso território este tipo de questão tem que estar resolvida, porque aparece um cão errante em qualquer local, sem contar e pode ser um problema, porque as pessoas não se sentem à vontade para fazer esses percursos por receio. -----

Referiu a necessidade de repensar a questão da sinalética ao nível do nosso concelho, na sua globalidade, no sentido de modernizar a mesma. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa**, António José Ribeiro, referiu que há já umas sessões atrás foi tratada uma questão que se prendia com a construção de uma habitação unifamiliar na localidade da Póvoa, e o Executivo Municipal referiu que, não era autorizada a utilização da telha sandwich nas freguesias do nosso concelho. -----

Perguntou porque é que no quartel dos bombeiros está a ser colocada telha sandwich a menos de trezentos metros das muralhas do antigo castelo. ---

Considera que, estamos perante uma forma de discriminação, porque se é permitido a colocação de telha sandwich naquele local porque é que não é permitido nas aldeias. -----

Transmitiu que, enviou alguns ofícios para a Câmara Municipal a informar a respeito de casos graves de infiltração de águas pluviais para o interior de

CF
A

Sessão de 18 de abril de 2019

algumas habitações da sua freguesia devido à forma como o asfalto foi aplicado na via pública e ainda não lhe foi dada resposta. -----

Avisou o Executivo Municipal dizendo que, caso não deem resposta à sua solicitação que terão de ser tomadas outras medidas, nomeadamente, o boicote das eleições europeias que se realizarão no próximo mês de maio, porque considera que acima de tudo é indispensável fazer face as necessidades da população. -----

Referiu que, a Câmara Municipal tem meios humanos e as máquinas necessárias para executar os trabalhos necessários à correção desse problema de infiltração de água nas habitações, e caso a Câmara Municipal não tenha disponibilidade para mandar fazê-lo que autorize a junta de freguesia para que possa resolver esse problema. -----

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal porque razão não chegou a água potável ao santuário do Naso, assim como, às habitações implantadas na zona do Naso, referindo que, a água que é consumida nessa área é proveniente da extração de um furo e não é água controlada. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que, todos nós estamos habituados a negociar na vida, considera que, a melhor forma de fazê-lo não é com ameaças, mas sim através do diálogo. -----

O **Presidente da União de Freguesias de São Pedro e Águas Vivas**, Silvino Preto da Silva, cumprimentou todos os que se encontravam presentes e em seguida referiu que, em dezembro do ano passado o Presidente da Assembleia Municipal terá referido que poderia haver novidades a respeito do processo de aglutinação de freguesias, perguntando-lhe se tem novidades a respeito desse assunto. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal perguntou, quando se procederá ao arranjo da envolvente da igreja da localidade da Granja, e quais serão os arranjos previstos. -----

Relativamente ao abastecimento de água, à localidade da Granja lembrou que, esse abastecimento está a ser feito através do transporte de água em camião cisterna pela Associação de Bombeiros Voluntários de Miranda do

C
A**Sessão de 18 de abril de 2019**

Douro, o que considera não ser solução para o problema, mas apenas um adiar a resolução do mesmo, apelando ao Executivo Municipal para a sua resolução. -

Solicitou ao Presidente da Câmara Municipal que, tenha em conta que o depósito de água para consumo humano existente na localidade de Fonte Ladrão se encontra num péssimo estado de conservação. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** em relação ao processo de aglutinação de juntas de freguesia respondeu que, ainda não teve mais informações, e caso lhe cheguem as transmitirá. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas**, Camilo Raposo, cumprimentou todos os que se encontravam presentes. -----

Manifestou a sua satisfação pelo evento que decorreu na freguesia de Malhadas no passado sábado, estando, em sua opinião, o município foi muito bem representado no evento, embora, o Sr. Presidente da Câmara Municipal não tivesse comparecido por motivo de agenda. -----

Referiu que, as pessoas que estiveram presentes denotaram que o efetivo de animais era inferior ao dos anos transatos, e que, deviam ser criados incentivos para que os criadores se empenhem em levar os animais ao concurso. Considera que, o concurso decorreu com a maior das normalidades e que esteve bastante bem. -----

Solicitou ao Presidente da Câmara Municipal que o esclarecesse relativamente ao levantamento das necessidades das juntas de freguesia do Concelho, embora também já tenha sido feito esse levantamento na junta de freguesia que representa. -----

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se a Câmara Municipal disponibilizará a motoniveladora às juntas de freguesia para a realização de trabalhos. -----

O **Presidente da União de Freguesia de Sendim/Atenor**, Aquilino Ginjo, cumprimentou todos os que se encontravam presentes e em seguida falou a respeito da questão dos cães vadios, dizendo que, logo que tomou conhecimento dos ataques dos referidos cães aos rebanhos deu conhecimento das ocorrências ao Veterinário Municipal, assim com, à Direção Geral de

CF
A**Sessão de 18 de abril de 2019**

Veterinária, que de imediato lhe deu resposta à questão, e à GNR, concretamente ao SPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente). -----

Transmitiu que, tem havido dificuldade em capturar os cães errantes, e que este problema surgiu devido ao facto de a lei atual não permitir o abate de animais, quer sejam ou não errantes. -----

Acrescentou que, além disso, o canil intermunicipal, assim como, o de Bragança estão completamente lotados e não podem receber mais animais. -----

Alertou, também, para o facto de haver a possibilidade de esses cães atacarem as pessoas quando vão trabalhar para as suas hortas, uma vez que, se encontram isoladas. -----

O Presidente da Câmara Municipal disse que, efetivamente esta é a realidade no que concerne aos canídeos, acrescentando que, essa problemática é transversal a todo o distrito. -----

Expôs que, esta problemática surge devido à legislação em vigor respeitante a esta matéria, porque é proibido o abate de cães. -----

Considera que, a legislação que vem sendo publicada será mais direcionada para os meios urbanos, colocando-se em causa à saúde pública nos meios rurais. -----

Além disso, transmitiu que está a tentar desenvolver uma rede de percursos pedestres para os turistas que nos visitam, e se se quiser implementar este tipo de atividade turística terá que se criar condições para fazê-lo e havendo a probabilidade de a cada passo encontrar um cão vadio não será aconselhável. Disse que é necessário começar a caminhar para um formato que resolva esta questão. -----

Por outro lado, a sinalética a nível do concelho também deve ser repensada na sua globalidade no sentido de modernizá-la. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** depois de terminadas as intervenções passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para dar resposta às questões colocadas. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos os que se encontravam presentes em continuando a sua intervenção deu respostas às questões que lhe foram colocadas. -----

CA
A

Referiu que, reuniu individualmente com cada junta de freguesia deste concelho para apontar as grandes preocupações que cada uma das juntas de freguesia tinha, tendo surgido dúvidas a respeito da legalidade do contrato estabelecido, que se prende com o estipulado pelo artigo 38.º, da Lei 50/2018, de 08 de agosto, que respeita às novas competências das juntas de freguesia. --

Assim sendo, e assumindo que as juntas de freguesia não reúnem neste momento condições para fazer face às tais competências, é necessário formatar um novo contrato dentro dos mesmos parâmetros, tendo em conta as competências que serão transferidas para as juntas de freguesia de modo a poder providenciar um reforço de verba para cada uma das juntas de freguesia, para que tenham condições para fazer esse trabalho, alugando máquinas para executar os trabalhos necessários, mantendo a comparticipação financeira da Câmara Municipal nos mesmos moldes, de três anos. -----

Transmitiu que, reunirá novamente com as juntas de freguesia este ano de modo a identificar as necessidades das mesmas, no âmbito da transferência de competências para as juntas de freguesia, que vão obrigar a uma reorganização do funcionamento das mesmas. -----

Relativamente à captura de cães vadios disse que, tinha recebido à pouco uma mensagem da GNR a comunicar-lhe a sua preocupação em relação a este assunto. -----

Estando o canil intermunicipal totalmente lotado não pode receber mais animais, vão ter que ser aumentadas as instalações, havendo conseqüentemente necessidade de contratar mais recursos humanos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Vereadora Anabela Torrão para prestar esclarecimentos a respeito desta questão. -----

A **Vereadora Anabela Torrão** cumprimentou todos os que se encontravam presentes e em seguida expôs em relação à questão dos canídeos o seguinte. Que a competência do controlo dos animais errantes é das câmaras municipais e também das juntas de freguesia, que, por sua vez, devem comunicar ao Veterinário Municipal as ocorrências que vão surgindo no sentido de tomar as devidas providências. -----

CF
A

Referiu que, neste caso é mais complexo, porque, ainda que se tenha procedido conforme é adequado nestes casos, a GNR não conseguiu capturar os cães, por serem bastante perigosos, sendo proibido o abate dos cães. -----

Além disso, informou que o abate dos cães teria que ser autorizado por parte da Direção Geral de Veterinária tendo que estar presente no terreno a GNR, bem como, outras entidades, como por exemplo, o Veterinário Municipal, tendo a autorização sido já dada. -----

Informou que, o canil intermunicipal está esgotado, assim como os demais canis, não podendo albergar mais animais, estando previsto um alargamento do canil intermunicipal. -----

Explicou que, houve necessidade de contratar uma médica veterinária para esterilizar os animais que se encontram no canil porque não podem ser abatidos, para que não se procriem.

Transmitiu que, Miranda do Douro tinha um encargo do valor de € 20.000 (vinte mil euros) anuais, para com o canil intermunicipal, tendo tendência a duplicar este valor para os próximos anos. -----

Alertou todos os presidentes de junta de freguesia deste concelho para que, quando verificarem ou tenham conhecimento da existência de animais errantes que comuniquem ao Veterinário Municipal para que, com a devida autorização sejam todos estes problemas resolvidos. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** continuou a sua intervenção felicitando o Deputado Mário Torrão pela intervenção por ele apresentada sobre a questão do PART (Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos). -----

Referiu que, o valor atribuído à CIM-TTM de € 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil euros), cem mil euros para a primeira fase, e setenta e cinco mil para a segunda fase, fica muito aquém do valor necessário para fazer face a essa despesa com os transportes públicos, esta verba chega apenas para fazer face às despesas até dezembro de 2019, tendo em consideração que vai haver uma de redução de 15% para todos os bilhetes. -----

Informou que, os transportes vão ser financiados fora do período escolar, e caso haja necessidade de reforçar carreiras, serão reforçadas, até esgotar a verba atribuída. -----

Quanto ao fornecimento de água às freguesias do concelho disse que, tinha feito uma visita a todas as freguesias do concelho, tendo em conta às propostas que lhe chegaram, assim como, ao que lhe foi transmitido nas reuniões que teve com os presidentes de junta de freguesia, e que, vai ser elaborada uma proposta conjunta para fazer face a essa necessidade. -----

Referiu que, tem conhecimento da dificuldade de abastecimento de água entre Constantim e Cicouro, e que vai ser aberto concurso para esse efeito. -----

A norte, a questão que se coloca são os fontanários de Ifanes, que será integrada nesse concurso. E a conduta entre a Especiosa e algumas casas no Naso, que também está previsto. -----

Esclareceu que, a qualidade da água é controlada, e que, será uma prioridade de investimento. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Miranda manifestou a sua disponibilidade para o acompanhar pela cidade para identificar as prioridades de investimento, providenciando no sentido de encontrar soluções.

Relativamente ao saneamento de Vale de Águia disse que, foi encontrada uma solução e está a ser executado o projeto, que já é bastante antigo, havendo necessidade de melhorar e encontrar soluções, explicou que há situações que não podem ser resolvidas de imediato, estando a ser executado o projeto inicial. -----

Respondendo ao Deputado Antero Besteiro disse que, o silvado a que se refere não é público, sendo a responsabilidade dos proprietários limpá-lo, tendo sido notificado, para proceder quanto antes à remoção e limpeza do referido espaço. -----

No que respeita à iluminação pública, esclareceu que, teve uma reunião na semana passada com os serviços respetivos, e que foi informado de que o relógio está mal posicionado e quando a sombra chega a determinados espaços mais cedo, as luzes acendem, assegurando que, já está a ser tratada esta questão. -----

CF
A

Respondendo ao Deputado António Carção disse que, para resolver a questão da sinalização das passadeiras será aberto um procedimento a fim de adquirir material para as sinalizar. -----

Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa disse que, quanto ao material utilizado no telhado do quartel dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Douro, a obra ainda está a decorrer e que não se sabe se fica assim ou não, pelo que, se deve deixar terminar a obra e depois é que se tirarão conclusões. -----

Além disso, disse que, não devia fazer queixas dos bombeiros tendo em conta que é Presidente de uma Junta de Freguesia e sim defende-los. -----

Em resposta ao Presidente da União de Freguesias de São Pedro e Águas Vivas respondeu que, é uma preocupação do Executivo Municipal a execução de uma conduta entre Águas Vivas e São Pedro, e entre São Pedro e a Granja, porque só assim se resolve o problema, disse que espera que brevemente se possa ter uma solução para este problema. -----

Referiu quanto à questão dos depósitos de Atenor, e de Fonte Ladrão que também será tratada, logo que possível. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Vereadora Anabela Torrão para responder à questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro a respeito da toponímia. -----

A **Vereadora Anabela Torrão** disse que, a Comissão de Toponímia ainda não reuniu para resolver a atribuição de nomes às ruas, assim como, os números de polícia. -----

Expôs que, se verificou um erro neste âmbito, não coincidindo o nome das ruas com as moradas dos residentes, tendo que fazer o levantamento dos nomes das ruas e dos números de polícia, que já está a ser feito, e em maio espera que se reúna posteriormente a Comissão de Toponímia reunirá para tratar esta questão. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** expôs que foi enviado um documento por parte da CIM-TTM que diz respeito ao programa de investimentos 2030, onde consta a conclusão do IC5 até à fronteira. -----

CA

Sessão de 18 de abril de 2019

Considera que, é de toda a importância esta Assembleia Municipal reforçar a vontade de que seja implementado o IC5 até à fronteira espanhola e propôs a votação de uma moção nesse sentido. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal a fim deste se manifestar a respeito desta matéria. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** expôs que, vai estar na próxima semana na Assembleia da República para defender o Plano Nacional de Investimentos, onde constará uma proposta concreta que será também discutida na Assembleia da CIM-TTM. No qual consta o que falta fazer, e que estava comprometido, concretamente a ligação de Vimioso a Carção, com cerca de vinte milhões de euros, a ligação entre Vinhais e Bragança, com cerca de vinte e dois milhões, e deveria já constar neste Plano Nacional de Investimentos. Relativamente ao IC5 já vem contemplado, interessando agora reforçar a conclusão do troço do IC5 até Miranda do Douro, já constava no Plano Rodoviário Nacional. -----

Também vai ser reivindicada a ligação de Macedo de Cavaleiros a Vinhais, continuação do IP2 e de Vinhais até à fronteira. -----

Referiu que, existe uma componente que tem a ver com o transfronteiriço, havendo necessidade de o Governo Português chegar a acordo com o Governo Espanhol. -----

Explicou que, para a execução de obras de fronteira foi criada uma Comissão que está a trabalhar no sentido de apurar quais são as prioridades de investimento para as ligações com Espanha, esta Comissão avaliará propostas concretas. Convém fazer chegar essa proposta à Comissão criada para avaliação de investimentos transfronteiriços e à Assembleia da República, do IC5 a Espanha. -----

Referiu que, também vai ser abordada a questão do regadio para integrar o Plano Nacional de Investimentos 2030. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente de Freguesia de Póvoa para intervir. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa**, António José Ribeiro, em relação à colocação do telhado do quartel dos Bombeiros Voluntários de

Sessão de 18 de abril de 2019

Miranda do Douro disse que, não incriminou ninguém e que tem um grande respeito pela instituição, mas que, se existe um culpado de alguma coisa é o Presidente da Câmara Municipal, dizendo que ocupa o cargo que ocupa porque o Vereador Ilídio ganhou as eleições e não ele. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** solicitou o uso da palavra, tendo-lhe sido concedida, e em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa disse que, se trata de um projeto que se encontra na Câmara Municipal e está a ser executado, sendo o mesmo da inteira responsabilidade da Associação dos Bombeiros Voluntários. -----

O **Deputado Alberto Raposo** disse que, fez uma pergunta ao Executivo Municipal, na pessoa do Presidente da Câmara Municipal à qual gostaria de ter resposta, e perguntou novamente, quem deu autorização para passar num terreno particular com a conduta do cerro do Naso ao caminho vicinal, tendo a Câmara a possibilidade de a cem metros à frente encontrar o caminho vicinal. --

Referiu que, já sabia que o Presidente da Câmara não lhe iria responder à questão colocada a respeito da "Festa da Aldeia" porque não lhe interessa responder. -----

Quanto aos cães vadios disse que, a culpa é dos Presidentes de Junta de Freguesia, dizendo que, é lamentável que em determinadas freguesias existam dois registos de cães, mas ninguém acusa nada. -----

Expôs que, neste momento o nosso concelho esta a ser invadido por alcateias de cães, de lobos, de raposas, de veados e de cursos, com uma peste denominada de sarna, que são uma praga para a saúde pública, aqui próximo, em Alcañices e São Martinho. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que se trata de um assunto técnico e que esses assuntos devem ser tratados nos respetivos serviços da Câmara Municipal, trazendo essa informação na próxima sessão. ----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém pretendia pronunciar-se a respeito do prolongamento do IC5 até à fronteira espanhola. ---

Não se tendo pronunciado ninguém a respeito desta questão, colocou a moção que propôs a respeito do prolongamento do IC5 até à fronteira espanhola a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

3. Aprovação das atas das sessões realizadas a 17 de janeiro e a 22 de fevereiro de 2019. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes. -----

Foi colocada a votação a ata da sessão realizada no dia dezassete de janeiro de dois mil e dezanove, tendo sido aprovada, por unanimidade, dos membros presentes na referida sessão, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo. -----

Em seguida, foi colocada a votação a ata da sessão realizada no dia vinte dois de fevereiro de dois mil e dezanove, tendo sido aprovada, por unanimidade, dos membros presentes na referida sessão, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo. -----

4. Projeto de regulamento de atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior, do Município de Miranda do Douro. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecer a respeito deste assunto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** informou que, o regulamento trazido a esta sessão foi já apreciado e aprovado em reunião pelo Executivo Municipal, dizendo que estão contempladas um conjunto de medidas específicas e uma determinada verba, foi aqui trazido, caso assim entendam, para ser aprovado por esta Assembleia Municipal. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: António Carção; Mário João Vaz; Aquilino Ginjo; e Orlando Vaqueiro. -----

O **Deputado António Carção** referiu que, este assunto merecia melhor esclarecimento por parte do Presidente da Câmara, pese embora o regulamento

G
A**Sessão de 18 de abril de 2019**

em si estar excelente, em termos jurídicos, constatou que não refere qual será a verba destinada para o efeito. Quanto ao pagamento em prestações mensais parece-lhe ser pouco funcional, dizendo que, devia ser pago de uma ou duas vezes. -----

Considera que, o regulamento em si está excelentemente elaborado, no entanto, no que toca aos casos omissos pode vir a complicar a sua execução, devendo ser tidos em conta esses casos omissos aquando da atribuição de bolsas. Congratulou-se pela medida apresentada. -----

O **Deputado Mário João Vaz** cumprimentou todos os que se encontravam presentes e em seguida referiu que, se congratula pela medida tomada pelo Executivo Municipal, por se tratar de uma medida positiva para o concelho e para o desenvolvimento do mesmo, e considera que, esta medida já devia de ter sido tomada há mais tempo. -----

Expôs que, o interior se desenvolve com o desenvolvimento das pessoas que cá residem, e, portanto, esta medida vai nesse sentido. -----

Relativamente aos aspetos referidos pelo Deputado António Carção, no que toca à atribuição de bolsas, disse que, isso se verifica a nível nacional não sendo exclusividade deste município. -----

Em suma, é de opinião que, esta medida é positiva para o concelho e sobretudo para a juventude deste concelho. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Sendim/Atenor**, Aquilino Ginjo, referiu que, na alínea b), do artigo 6.º, do regulamento em apreciação, onde refere os documentos comprovativos, menciona que, a junta de freguesia da área de residência do candidato deve emitir um atestado de residência atestando que reside naquela localidade há pelo menos dois anos. -----

Expôs que, perante tal exigência se pode incorrer numa ilegalidade, na medida em que, caso o executivo da junta de freguesia tome posse depois do decurso dos dois anos, não poder atestar com conhecimento de causa que efetivamente o candidato reside naquela freguesia por esse período de tempo.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Vereadora Anabela Torrão para esclarecer as dúvidas apresentadas. -----

Sessão de 18 de abril de 2019

A **Vereadora Anabela Torrão** declarou que, também se congratula pela apresentação e posteriormente a implementação deste regulamento. -----

Expôs que, neste momento a Câmara Municipal conta com uma dotação orçamental do valor de vinte mil euros.

Elucidou que, foi feita uma vasta compilação de regulamentos, deste âmbito, que estão a ser implementados noutros municípios, e que nos outros municípios a maioria das bolsas eram atribuídas pelo período de nove meses, tendo o Município de Miranda do Douro optado por atribuí-las pelo período de dez meses. -----

Elucidou que, o cálculo será feito em função do rendimento familiar, e em função do aproveitamento escolar dos candidatos. -----

Referiu que, o valor da bolsa, bem como, o número de bolsas a atribuir não constam neste regulamento devido ao facto de ser este o primeiro ano que se vai implementar e não sabendo se nos anos seguintes o valor e o número de bolsas a atribuir será o mesmo que neste ano de implementação não foi colocada essa informação no regulamento, para não ter que andar sempre a fazer alterações. -----

Esclareceu que, foi decidido pelo Executivo Municipal que, nos dois primeiros anos em que se está a implementar o regulamento, se pretende verificar e decidir qual será o valor a atribuir, assim como, analisar se o valor estipulado deve ser ou não aumentado nos anos seguintes. Podendo, mais tarde, em reunião do Executivo Municipal deliberar o que se considerar conveniente relativamente ao valor e ao número de bolsas a atribuir, propondo depois à Assembleia Municipal a aprovação dessas alterações. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela**, Orlando Vaqueiro, referiu que, a Câmara Municipal deveria ter feito constar no regulamento o valor disponibilizado para as bolsas de estudo. -----

Considera que, a questão social devia ser o ponto fundamental deste regulamento, e apenas determinados agregados familiares que reúnam determinadas condições é que devem poder candidatar-se. -----

Sessão de 18 de abril de 2019

C
A

Considera que se deve acautelar bem a questão do tempo de residência permanente, caso contrário qualquer pessoa residente noutra concelho pode concorrer às bolsas por ser descendente de naturais deste concelho. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** expôs que, compreende o ponto de vista do membro Orlando Vaqueiro, e que, efetivamente não é fácil descodificar quem pode ou não candidatar-se às bolsas sociais. -----

Findas as intervenções foi posto a votação o ponto em análise tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade, com uma abstenção. -----

5. Relatório de inventariação de redes de águas e de saneamentos. ---

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal a fim deste se pronunciar a respeito deste assunto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, foi feita uma candidatura para a execução da rede de águas e saneamentos, e para fazer o levantamento da rede de águas e saneamentos, na inventariação faltou quantificar o respetivo valor, exigência da ERSAR. Disse que, a Câmara Municipal sabe o que tem, onde tem e o valor desse património imobiliário, e que neste momento está devidamente quantificado, informação essa que, vem agora à Assembleia Municipal para aprovação. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela, Orlando Vaqueiro. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela**, Orlando Vaqueiro, dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal perguntou-lhe, qual é a verdadeira finalidade desta Assembleia Municipal se pronunciar a respeito deste assunto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** expôs que, foi feita uma candidatura para fazer o levantamento exaustivo de todas as redes de distribuição relativamente ao abastecimento de água e saneamentos, tendo sido esse levantamento feito por uma entidade externa à Câmara Municipal, tendo sido aberto concurso para adjudicar a execução do levantamento. -----

Sessão de 18 de abril de 2019

Referiu que, a Câmara Municipal tem, neste momento, conhecimento do estado de degradação em que a rede se encontra. -----

Transmitiu que, houve necessidade de fazer este trabalho devido à implementação da contabilidade analítica, porque foi necessário inventariar para esse efeito, havendo, por outro lado, necessidade de saber onde se encontravam as condutas. -----

Esclareceu que, além da implementação da contabilidade analítica, também, havia necessidade de fazer este trabalho no âmbito do SIGUE - Sistema de Localização Geográfica. -----

Além disso, pela exigência da ERSAR de classificar o nosso património de águas e saneamentos. -----

Comunicou que, apenas a Assembleia Municipal tem competência para avaliar o valor atribuído ao nosso património, nesta área específica de águas e saneamentos. -----

Expôs que, a avaliação apresentada foi elaborada conjuntamente entre a Divisão Administrativa e Financeira, e a Divisão de Obras Municipais. -----

Terminadas as intervenções, foi colocado a votação o assunto em apreciação e votação, tendo o referido sido aprovado por unanimidade. -----

6. Documentos de prestação de contas relativos ao ano financeiro de 2018. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar a respeito deste assunto. -----

O Presidente da Câmara Municipal, transmitiu que, este documento expressa a situação financeira da Câmara Municipal, dizendo que se apraz pelo facto da dívida da Câmara Municipal ter reduzido, e que o resultado negativo que é apresentado tem a ver com o investimento que está a ser feito no concelho de Miranda do Douro, o mesmo vindo a acontecer no próximo ano e no seguinte devido ao valor das amortizações subtraírem ao valor do rendimento gerado. -----

G
A**Sessão de 18 de abril de 2019**

Transmitiu que, ao nível da execução se constata uma execução mais ou menos equilibrada em função do investimento que tem estado a ser feito. -----

O **Deputado António Carção** dirigiu-se ao Presidente da Assembleia Municipal para lhe dar conhecimento de que se ausentava da sala por não pretender votar este assunto. -----

Não se verificando inscrições, foram postos a votação os documentos suprarreferidos, que foram aprovados por unanimidade dos membros presentes na sala aquando da sua votação. -----

7. 9.ª Modificação ao orçamento de 2019, que incorpora a 1.ª revisão ao orçamento da receita, a 1.ª revisão ao orçamento da despesa, a 1.ª revisão ao plano plurianual de investimento e a 1.ª revisão ao plano de atividades municipais. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes nesta sessão. -----

Não se verificando inscrições foi posta a votação a 9.ª modificação ao orçamento de 2019, que incorpora a 1.ª revisão ao orçamento da receita, a 1.ª revisão ao orçamento da despesa, a 1.ª revisão ao plano plurianual de investimento e a 1.ª revisão ao plano de atividades municipais, que foi aprovada por unanimidade. -----

8. Proposta de abertura de procedimento de recrutamento de cargos de direção intermédia de 3.º grau – Designação dos júris de recrutamento. -

O **Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: Alberto Raposo, e Orlando Vaqueiro. -----

Em seguida passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal a fim de prestar esclarecimento acerca do que se pretende relativamente ao assunto em análise e votação. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, uma vez autorizada por esta Assembleia a abertura de procedimento para o recrutamento de cargos de direção intermédia de 3.º grau, torna-se agora necessário que a Assembleia Municipal aprove a designação do respetivo júri de procedimento. -----

C
A

Sessão de 18 de abril de 2019

O **Deputado Alberto Raposo** referiu que, já na anterior sessão se tinha manifestado contra a respeito deste assunto e que repudia abertamente a abertura deste concurso. -----

Reconhecendo, da sua parte, a grande necessidade de pessoal operário nos quadros do município. -----

Não compreende a abertura de concursos para cargos intermédios de 3.º grau, num município pequeno como o de Miranda do Douro. -----

Responsabilizou a bancada do PSD como partido da oposição de votar a favor da dita proposta que apenas vem trazer prejuízo financeiro ao município.

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela, Orlando Vaqueiro** referiu que, tomou posição a respeito deste assunto, sendo contra a abertura do concurso para o efeito. -----

Quanto à nomeação do júri disse que, a Assembleia Municipal vai passar um cheque em branco, na medida em que, nenhum membro desta Assembleia conhece os critérios pelos quais foi escolhido o júri, e as respetivas capacidades técnicas e profissionais, de cada um dos jurados, uma vez que, não tiveram acesso aos respetivos currículos. -----

Disse que, não quis com isto criticar a forma como a Câmara Municipal está a fazer o procedimento, mas sim a forma como a articulação legal está a feita. -----

Expôs que, a Câmara deveria ter informado do nome de quem vai integrar o júri, das funções que desempenham e fazer acompanhar essa informação com o respetivo curriculum. -----

Declarou que, para tomar um voto em devida consciência não pode fazelo por falta de elementos e que por esse motivo se abstém. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concluídas as intervenções pôs a votação o assunto em apreciação tendo sido aprovado, por maioria, com nove votos a favor, dois votos contra, dos deputados, Alberto Raposo, e António Carção, e doze abstenções. -----

9. Declaração de interesse municipal no empreendimento – Construção de um edifício para instalações sanitárias públicas junto ao Santuário de Santo Amaro em Cicouro. -----

Sessão de 18 de abril de 2019

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: Mário da Conceição B. Torrão, e António José Ribeiro. -----

O **Deputado Mário da Conceição B. Torrão** apresentou intervenção escrita, cujo teor passa a ser transcrito para a presente ata. -----

“Estamos em pleno século XXI. Longe vão os tempos em que as necessidades fisiológicas primárias se faziam normalmente entre mato, entre paredes ou estábulos. -----

Recordo-me bem, não ser frequente a existência de instalações sanitárias nas proximidades dos recintos destinados a festividades fora das áreas urbanas e não disporem de locais próprios para garantir a privacidade e o à vontade que normalmente as pessoas precisam para a realização destas necessidades. -----

É verdade que, as pessoas, umas mais do que outras, mas que, sobretudo os indivíduos do sexo feminino, em função das suas especificidades físicas e culturais, necessitam ainda mais de sentir garantida a sua intimidade. -----

No nosso tempo, não deixa também de ser relevante em termos de qualidade ambiental, a higiene nos espaços públicos que frequentamos. -----

A perceção da falta de limpeza é um fator de sanidade que estimula negativamente alguns dos nossos sentidos, e provoca um mal-estar pessoal psicológico e/ou físico, bastante acentuado. -----

No espaço onde se realizam as festividades de Santo Amaro, em Cicouro, já há mais de 25 anos que a construção de um espaço higiénico-sanitário tem vindo a ser equacionado por diversas comissões de festas. -----

Recordo-me de o discutir quando àquela época integrei uma delas. -----

O recinto desta festividade, para além da habitual concentração de populares no recinto e respetivas estruturas, no dia da festividade e no seu dia anterior, as quais normalmente ultrapassam as centenas de pessoas, provenientes de várias localidades, engloba a realização de outros eventos, como jogos tradicionais, ou almoços e jantares de convívio. -----

Foi de resto, também já utilizado por associações locais ou regionais na prossecução das suas atividades. -----

Sessão de 18 de abril de 2019

Da documentação apresentada nada vislumbro que obste a referida construção. -----

Assim, como forma de garantir a sanidade pública, a intimidade pessoal e a majoração do recinto inerente às festividades de Santo Amaro, sou, sobremaneira favorável à declaração de interesse público municipal da construção do edifício em causa, bem como, das estruturas inerentes à maximização do seu funcionamento. -----

Julgo ser de inteira justiça. -----

Seria igualmente favorável em qualquer outra situação similar a realizar noutra aldeia ou local análogo. -----

Por isso votarei favoravelmente! -----

Mais peço às Senhoras e Senhores deputados nesta Assembleia, a necessária compreensão, e me acompanhem neste sentido de voto.” -----

O Presidente da União de Freguesias de Constantim/Cicouro, José Francisco Ribeiro, disse relativamente a este assunto, que desde o primeiro momento deu o seu apoio neste processo e fez o que esteve ao seu alcance para levar avante esta edificação, considerando que se reúnem naquele espaço muitas pessoas aquando das festividades e por esse motivo ser uma necessidade. -----

Concluídas as intervenções foi colocado este assunto a votação tendo sido deliberado, por unanimidade, declarar o interesse público municipal do empreendimento a erigir junto do Santuário de Santo Amaro, em Cicouro, um edifício destinado a instalações sanitárias públicas. -----

10. Descentralização – decreto-lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro - Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação. ----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, a fim de prestar esclarecimentos a respeito desta matéria. -----

O Presidente da Câmara Municipal expôs que, a descentralização de competências no âmbito da educação torna-se mais difícil e complexa de descentralizar que qualquer outra competência, devido à dificuldade de cálculo

Sessão de 18 de abril de 2019

do pacote financeiro que deve acompanhar essa transferência de competência.

Informou que, há pouco tempo é que foi dado conhecimento às autarquias do pacote financeiro que seria atribuído neste âmbito, referindo que o orçamento para 2019 não contempla verba para fazer face às despesas daí advindas.

Transmitiu que, as exigências relativas a esta competência são de grande monta, tanto a nível financeiro, como técnico, como de recursos humanos.

Assim sendo, a proposta apresentada em reunião do Executivo Municipal foi no sentido de não aceitar esta competência, neste momento, por não estarem criadas as condições necessárias para assumir a dita competência.

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: António Carção, Mário João Vaz e Orlando Vaqueiro.

O **Deputado António Carção** disse que, adiar a receção desta competência exigirá um trabalho de casa muito intensivo, havendo necessidade de preparar-se muito bem para recebe-la como deve ser.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Vereadora Anabela Torrão para se pronunciar a respeito deste assunto.

A **Vereadora Anabela Torrão** explicou que se trata de um diploma de grande complexidade, sendo uma das razões de não aceitação desta competência o facto de já ter sido aprovado o orçamento do município, antes da publicação deste diploma de transferência de competência, não estando o município preparado a nível financeiro para assumir a referida competência.

Alegou que, é necessário ter em consideração o orçamento do Agrupamento de Escolas, que é cerca de um terço do orçamento do município.

Além da complexidade do funcionamento de todo o Agrupamento de Escolas, estando a falar de diversos edifícios escolares, assim como, de um avultado número de assistentes operacionais e assistentes técnicos, implicando este diploma a transferência dos edifícios para a tutela da Câmara Municipal, assim como, do pessoal não técnico afeto aos estabelecimentos de ensino, bem

Sessão de 18 de abril de 2019

como, toda a gestão ao nível da Ação Social Escolar, obrigando a uma reorganização dos serviços do município. -----

Alegou que, o número de funcionários a transferir não coincide com o que efetivamente existe. -----

Transmitiu que, está a ser feito esse trabalho de levantamento com o Agrupamento de Escolas. -----

Referiu ainda que, o diploma não é claro relativamente ao mapeamento dos edifícios que terão que ser requalificados, bem como, em relação às verbas a serem futuramente transferidas. -----

Havendo necessidade de fazer uma boa preparação neste campo de modo a não criar constrangimentos futuros. -----

Explicou que, o agrupamento de escolas de Miranda do Douro estava incluído na quarta fase da Parque Escolar, e, entretanto, em 2 de setembro de 2011, foi comunicado que não seria levada a cabo a quarta fase, tendo ficado os edifícios escolares deste concelho por requalificar. -----

Disse que, está neste momento a ser feita a requalificação da Escola Básica e Secundária de Miranda do Douro, todos os demais edifícios não foram requalificados. -----

Expôs que, no que toca ao ensino, este município não se encontra em igualdade de circunstâncias de outros municípios onde os edifícios escolares foram requalificados. -----

Pelos motivos expostos, declarou haver necessidade de se preparar muito bem relativamente aos recursos humanos, financeiros e logísticos evitando deste modo futuras incongruências, e devido aos motivos expostos não foi aceite esta transferência de competências. -----

O **Deputado Mário João Vaz** disse que, se tem estado a adiar a transferência de competências e que é obvio que futuramente haverá constrangimentos, havendo necessidade de fazer as coisas faseadamente. -----

É de opinião que, se devia ir aceitando algumas destas competências porque caso não se aceite nenhuma competência, futuramente, ao receber todas as competências será ainda mais constrangedora a sua implementação. --

Sessão de 18 de abril de 2019

A **Vereadora Anabela Torrão** explicou que, que quando se refere à reorganização interna do município, isso implica, a alteração do organograma da Câmara Municipal, assim como, do mapa de pessoal. -----

Informou que, se está a falar da transferência de sessenta e um funcionários para o município, sendo necessário tempo para organizar todo o processo. -----

O **Deputado Mário João Vaz** disse que, por isso mesmo, seria preferível assumir desde já algumas competências, começando pelas que sejam mais fáceis de implementar, porque será pior quando tenham que ser reafectados muitos mais funcionários, devido à transferência de outras competências. -----

O **Deputado António Carção** transmitiu que, esta dinâmica do sistema de ensino que é uma dinâmica de que é conhecedor. -----

Manifestou a sua concordância com as palavras do Deputado Mário João Vaz e criticou a Vereadora em relação à sua postura perante esta matéria, dizendo que não se pode ver em tudo obstáculos. -----

Disse que, o sistema educativo está montado e a funcionar e, portanto, se até à presente data as escolas funcionaram com o pessoal que tem a partir de agora terá que continuar a funcionar com o mesmo pessoal. -----

A **Vereadora Anabela Torrão** disse que, não vê apenas obstáculos, mas, que se deve ser responsável naquilo que se faz, tanto assim, que se está a trabalhar em colaboração com o Agrupamento de Escolas, tendo preocupação relativamente ao número de funcionários a transferir para a autarquia que consta no mapa não coincidir com o numero de funcionários que estão afetos neste momento ao agrupamento. -----

Referiu mais uma vez que, não vê qualquer obstáculo, apenas estão a ser tratadas as coisas de maneira a que não surja qualquer constrangimento. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela**, Orlando Vaqueiro disse que, depois de ouvir os deputados, António Carção, e Mário João Vaz, considera que se deve começar com uma experiência piloto para aceitar a descentralização, tendo aqui uma boa possibilidade. E caso a experiência corra mal, os munícipes terão bons argumentos para manifestar junto do governo que estando aquela experiência a correr mal, que quem

Sessão de 18 de abril de 2019

falhou foi o governo na sua atitude, não correspondendo financeiramente, nem regulamentarmente. -----

Considera que se tem que começar por algum lado, e estando sempre toda a gente a queixar-se que o governo não dá uma série de coisas então devia-se aproveitar esta oportunidade. -----

Perguntou se estes dois setores, o da educação e o da saúde serão mais bem geridos se forem geridos pelo governo, ou melhor geridos se forem geridos pelos municípios? -----

Disse que, depois de ter tido uma experiência que a mesma deve ser avaliada e só depois sim se poderá constatar se este modelo serve ou não. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que, o próprio diploma prevê que os municípios aceitem as competências no primeiro, no segundo, ou no terceiro ano, após a sua publicação, sendo que, neste momento, devido a uma série de incertezas talvez não seja o momento mais indicado, ou seja inoportuno aceitar essas competências. -----

Lembrou que, já foram aceites algumas das competências transferidas para os municípios, é o caso da cultura, sendo estas duas das mais complicadas que se receberam. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela**, Orlando Vaqueiro disse que, setenta a oitenta por centos das câmaras municipais, do centro para o sul do país, aceitaram o pacote de competências, apenas as câmaras do norte do país puseram reticências na sua aceitação. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** interveio para esclarecer que, esta matéria é difícil de descentralizar, na medida em que, a maior parte do investimento feito no parque escolar foi feito no centro e sul do país. O que significa que, todas essas escolas têm o problema da requalificação de edifícios resolvido, à partida. -----

Transmitiu que, há uns anos atrás estava prevista uma verba de seis milhões de euros para o parque escolar do concelho de Miranda do Douro, tendo sido entregue para todo o norte do país um milhão de euros, apenas para obras. -----

Sessão de 18 de abril de 2019

Transmitiu que, não há lugar a projetos piloto, ou se assumem ou não se assumem as competências. -----

Explicou que, além das obras, a autarquia tem que contar com os transportes escolares, a ação social, as cantinas, as despesas com o pessoal, e a manutenção, esta última dotada com apenas vinte mil euros, verba que nem sequer chega para pagar a luz. -----

Acrescentou que, não devemos esquecer que o orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2019 também não compreende a despesa neste âmbito, o que originaria um problema em setembro quando as aulas iniciassem. -----

Disse que, há necessidade de acomodar as exigências das escolas ao funcionamento da Câmara Municipal, tendo estas questões que ser tratadas internamente entre o Agrupamento de Escolas e a Câmara Municipal, havendo necessidade de apurar a capacidade financeira e a capacidade de gestão destas questões. -----

Também tendo que se ter em conta o facto de ter que fazer obras nos edifícios das escolas para retirar o amianto, estando a tentar ir buscar mais dinheiro, para executar esses trabalhos, ao 2020. -----

Alegou que, tem que se preparar as condições para a acomodação da educação dentro da Câmara Municipal, apenas solicitando que lhes seja dado tempo para preparar essa acomodação. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** terminadas as intervenções apresentadas colocou este assunto a votação tendo o Órgão Deliberativo deliberado, por maioria, não aceitar a transferência das competências previstas no decreto-lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, com duas abstenções, devido ao facto de considerar que este município não reúne, neste momento, as condições necessárias para aceitar as competências previstas no diploma supramencionado". -----

11. Descentralização - decreto-lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro - concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde. -----

Sessão de 18 de abril de 2019

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar a respeito desta matéria. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** expôs relativamente a esta questão que, temos uma ULS – Unidade Local de Saúde que faz a gestão de todos os Centros de Saúde e Hospitais, com competências próprias, assim como, o INFARMED - Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, I.P, a nível de distrito. -----

Referiu que, é necessário aguardar para ver o que é que o Ministério da Saúde vai fazer em relação a esta política de ULS para terras de Trás-os-Montes, nomeadamente, para o distrito de Bragança. Disse que se coloca a questão dos Centros de Saúde, do seu funcionamento ou não, das Subunidades Locais de Saúde, a questão do medicamento. E estando previsto no quadro legislativo as subunidades locais continuarem a funcionar no formato atual então terá que se implementar uma entidade que se pronunciará a respeito desta matéria. -----

Expôs que, foi proposto em reunião do Executivo Municipal a não aceitação desta competência para o ano de 2019 e a partir do momento em que as entidades regionais reorganizem os serviços então serão depois acomodadas estas competências. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado Mário João Vaz. -----

O **Deputado Mário João Vaz** referiu que, acredita que a experiência piloto deve ser feita numa destas competências e por considerar que a competência de quem está cá em cima ser maior e conseguirá gerir melhor as necessidades da população, do que de quem está lá em baixo e também por ser profissional de saúde, vai votar a favor da aceitação desta competência. -----

Referiu que, a intervenção do Presidente da Câmara Municipal vai de encontro áquilo que ele pensa e é precisamente pelas razões expressas que deve ser aceita esta competência. Podendo mudar alguma coisa no que respeita à saúde no concelho de Miranda do Douro, antes que isso aconteça no distrito, que se deve fazer e aceitar esta competência. -----

Sessão de 18 de abril de 2019

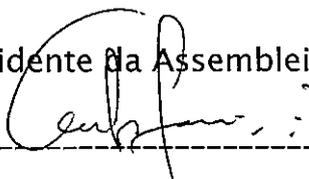
O Presidente da Assembleia Municipal depois de concluída a intervenção do deputado acima indicado, pôs a votação este assunto tendo sido deliberado, por maioria, com duas abstenções, e um voto a favor, do Deputado Mário João Vaz, não aceitar a transferência das competências previstas no decreto-lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro, devido ao facto de considerar que este município não reúne, neste momento, as condições necessárias para aceitar as competências previstas no diploma supramencionado. -----

12. Apreciação da informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro, declarou que, foi dado conhecimentos a todos os membros desta Assembleia Municipal do teor da informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal.

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a sessão eram treze horas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão

